

ALENCAR: BIOGRAFEMA POLÍTICO DE UM INTELLECTUAL NO OITOCENTOS

Rogério N. Afonso*

Resumo: O artigo propõe o uso de um “biografema” - termo criado por R. Barthes para uma revisão metodológica da biografia - de José de Alencar, intelectual e político do oitocentos, como método complementar para a análise da formação das elites políticas no oitocentos.

Palavras-chave: Política; Elites; Literatura.

Abstract: The article proposes the use of a “biografema” – fear create by Barthes to a methodological review of the biographies – of José de Alencar, intellectual and political in nineteenth century, as a complementary method for the analysis of the formation of political elites in the period.

Keywords: Political; Elites; Literature.

Nesse esboço sobre a vida de José de Alencar trabalharemos com um conceito que o teórico Roland Barthes chama de “biografema”: Barthes cria o termo, que tomando de alguns fatos da vida do biografado, transforma-o em signo - fecundo em significações - e reconstitui o gênero biográfico através da construção da imagem fragmentária do sujeito, não estereotipando-o (BARTHES, 1990). Já no início da década de 1980, o semiólogo francês define, em “A câmara clara”, seu novo neologismo: “Gosto de certos traços biográficos que, na vida de um escritor, me encantam tanto quanto certas fotografias; chamei esses traços de ‘biografemas’; a fotografia tem com a História a mesma relação que o biografema com a biografia” O biografema será, pois, um fragmento que ilumina detalhes, carregados de um “infra-saber” (BARTHES, 1980, p. 51), tomado de um certo fetichismo que vem a imprimir novas significações no texto, seja ele narrativo, crítico, ensaístico, biográfico, autobiográfico. Uma espécie de ponte entre a realidade e ficção.

Seguindo assim, como que passando por um álbum de retratos, apresentaremos alguns fragmentos da vida de Alencar com o intuito de caracterizar a ação deste intelectual como um agente político de relevo no cenário nacional, e não somente como um literato. A proposta de algo com um “álbum” é também de Alencar: é o nome pelo qual batiza seus primeiros folhetins dominicais publicados no Diário do Rio de Janeiro (NETO, 2006). Ao mesmo tempo buscamos mostrar, por meio deste artigo, o contexto das relações sociais e políticas na segunda metade do oitocentos.

O primeiro biografema proposto é a foto do nascimento. No dia 1º de Maio de 1829, numa casa no sítio Alagadiço Novo, na vila de N. Senhora da Conceição de Messejana, na periferia de Fortaleza, província do Ceará, nasce José Martiniano de Alencar Filho. Seu pai, um padre que há pouco deixara a batina para se envolver na política, foi um liberal pró-

* Mestrando em História Social das Relações Política Pelo Departamento de História da Ufes.

república que leva a Revolução Pernambucana (também chamada revolução dos padres) até a região do Crato, no Ceará. E por conta disso acaba preso, juntamente com sua mãe Bárbara de Alencar e o irmão, Tristão Ararípe. Em 1821 com a Revolução Constitucional em Portugal, foi anistiado juntamente com o resto da família e outros presos políticos, sendo, inclusive, eleito deputado constituinte para o congresso lusitano. Neste primeiro retrato, vemos que Alencar pertence a uma família que representa a aristocracia rural, que aderiu ao movimento revolucionário contra o absolutismo português, sob a influência de ideias iluministas, propagadas pelas sociedades maçônicas no começo do século XIX. O Alencar – o pai - se torna Senador pelo Ceará, com a vacância da cadeira por João Carlos Augusto de Oeynhausens e Gravenburg, marquês de Aracati, que acompanha D. Pedro I em sua volta a Portugal (MENEZES, 1977). Senador ativo, é figura chave no processo de maioria de D. Pedro II. Orador oficial do Senado, durante a coroação e sagração no Paço da cidade, em seu discurso, clama ao povo e a divina providência para que ilumine o futuro monarca (SCHWARCZ, 1998). Com a posse de D. Pedro II é nomeado, logo a seguir, presidente do Ceará. Tem a administração da província alguns meses, mas, depois de enfrentar algumas revoltas populares, deixa o governo e retorna à Corte em 1841. É assim que José de Alencar Filho tem no Ceará, onde passa a infância entre riachos e a mata, as serras e as fontes de água, na vida tranquila do interior, as imagens que o seguiram pela vida inteira e o ajudaram a criar os estereótipos para uma nação nova. A luta contra o absolutismo português e a formação de lideranças rurais dentro de uma aristocracia vinculada a terra, com a agricultura de produtos para exportação.

Outro biografema nos mostra São Paulo em 1843, quando ali desembarca o jovem Alencar: “um mirrado rapazola de catorze anos. Vem completar os exames preparatórios.” (MENEZES, 1965, p. 49). Alencar é uma figura que passaria despercebida em qualquer local. Alto, magro, moreno, de óculos. De jeito acanhado, mesmo silencioso. Não frequentava as tabernas ou salões. O que produzia certo estranhamento não só dos colegas da república, mas dos estudantes em geral. Durante o Império, conquanto a existência de cursos regulares de medicina, direito e engenharia se proliferasse no período, tais escolas não se configuravam como um centro de produção de uma cultura intelectual no Brasil. Eram, antes, espaços para uma consolidação do poder nas mãos de uma elite cidadina que começava a se sobressair. A frequência às escolas de Direito era a ante sala necessária ao jovem que buscava a ocupação de algum cargo público.

A fotografia nos mostra São Paulo. Uma cidadezinha de terceira ordem, com cerca de 12 a 14 mil almas (MENEZES, 1965). O espaço é dividido entre os estudantes, grupo então numerosíssimo, “e o resto”, como diziam. Meretrizes, gente pobre nos cortiços, alguns emigrantes que já vinham tentar a vida fora do campo, artistas mambembes que tentavam levar alegria para ali.

Em uma tentativa de encontrar mercado de trabalho, muda-se o Alencar para o Rio de Janeiro, onde começa a trabalhar como praticante no escritório de advocacia do Dr. Caetano Alberto Soares. Um dos mais movimentados do Rio de Janeiro, chegando a representar a Casa Imperial. Mas, sua militância política talvez tenha vindo de outro lugar: do jornalismo. Em 9 de agosto de 1853 Alencar, a convite de um amigo, assume a redação do jornal *Correio Mercantil*, chamado “o grande jornal das ideias liberais”, com o intuito de promover

mudanças em sua estrutura que viessem a torná-lo um pouco mais “popular”. Era tido como um abrigo dos letrados e o mais importante dos diários da corte a época. Alencar passara a analisar os acontecimentos da semana no rodapé da primeira página da revista hebdomadária “Páginas Menores”, sempre aos domingos. O trabalho de Alencar era reunir diversos assuntos, com uma escrita leve, mas que chamasse a atenção do público. Dois anos depois, abandona o *Correio Mercantil* e sua coluna “Ao correr da pena”, voltando a militar na advocacia por algum pouco tempo, para em outubro do mesmo ano assumir os cargos de gerente e redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* com a tarefa de reerguer o então decadente jornal (o primeiro jornal diário surgido no Rio de Janeiro¹) alavancando suas vendas. Alencar não deixa de se dedicar ao estudo do Direito e a seu trabalho como advogado, até então no escritório do Dr. Caetano Alberto. E agora com clientela vasta. Esse “retrato” nos mostra que, ao longo do período imperial, com a estabilidade da economia e um maior (ainda pouco) desenvolvimento das cidades aparecem outros caminhos para o trabalho que não somente a burocracia. A advocacia, o magistério, a medicina, o jornalismo; sendo que muitos profissionais liberais – o caso de Alencar – encampam duas profissões ao mesmo tempo como forma de sobrevivência e de fugir ao braço sedutor da política do estamento que, apesar de não mais tão aparente, ainda existe e atua. Mas, quando em dezembro de 1858, Nabuco de Araújo assume o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça trata logo de promover uma reforma interna neste, e o nome de Alencar é lembrado para uma diretoria de Seção na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça. E ele o aceita. Depois de alguns meses, solicita a um amigo do partido conservador, o então conselheiro Eusébio de Queiroz, uma melhoria em seu cargo. Em maio de 1859 seu pedido é atendido e, agora como consultor, recebe o título de conselheiro com seus poucos 30 anos. Começa o gosto pela política que estava, desde sempre para Alencar, na família. No mesmo ano que entra para o ministério, é nomeado professor de direito mercantil do Instituto mercantil. Publica vários trabalhos jurídicos de reconhecido valor.

Aos poucos, o desejo por uma cadeira na Assembleia vai se constituindo. Começa uma correspondência com amigos no Ceará já no intuito de buscar uma candidatura para deputado. Em novembro, e ainda trajando luto², embarca para Fortaleza onde busca lideranças e correligionários para iniciar sua campanha pelas periferias da capital para o cargo de Deputado, pelo partido conservador. Apesar de seu pai ser um grande nome do partido liberal e mesmo Alencar sendo o redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, folha declaradamente liberal, o partido nunca sugeriu uma filiação ou a possibilidade de concorrer a algum cargo público, fato que será lembrado posteriormente com certa amargura. Cabe lembrar que, apesar de pouco claras no período, as diferenças entre Conservadores e liberais são importantes a medida que amadurece o modelo parlamentarista brasileiro. O professor Paulo Bonavides

¹ Interessante lembrar que o *Diário do Rio de Janeiro* chega a ser apontado como subversivo por José Bonifácio, que manda averiguar o teor do “escritos incendiários” ali publicados em 1822 (COSTA, 1999. p. 71) . No *Diário* seriam publicados artigos contrários à monarquia constitucional. Alencar era assumidamente um conservador.

² O traje de luto, para meados do século XIX, era conservado por um tempo relativamente grande, quando se tratava de familiar próximo. Porém, pode ter funcionado como uma ferramenta importante na construção do personagem político do Alencar: próximo da família, cristão, etc., para aquele momento em que retorna ao Ceará em busca de uma candidatura. Ele, praticamente um desconhecido. O que valida a ideia de que, fundamentalmente, não importa o candidato, importa a rede de relações em que ele está inserido.

consegue uma caracterização bastante abrangente para o período de nosso recorte :

Os liberais do Império exprimiam na sociedade do tempo os interesses urbanos da burguesia comercial, o idealismo dos bacharéis, o reformismo progressista das classes sem compromissos diretos com a escravidão e o feudo.

Os conservadores, pelo contrário, formavam o partido da ordem, o núcleo das elites satisfeitas e reacionárias, a fortaleza dos grupos econômicos mais poderosos da época, os da lavoura e pecuária, compreendendo plantadores de cana-de-açúcar, cafeicultores e criadores de gado (BONAVIDES, 2000, p. 491).

Como o partido político ainda não havia desenvolvido suficiente força enquanto instituição, geralmente os interesses pessoais (e as ideias) determinavam as ações dos políticos. Afinal, em sua quase totalidade eram representantes de uma sociedade patriarcal, escravagista e machista. Tais homens partilhavam desse universo cultural que, inclusive, os caracterizava independente do partido a que estavam filiados. E quantas vezes tais interesses não se confundiam com a vontade do imperador. Figura maior, que muitos queriam agradar e poucos tinham coragem de desagradar. Bonavides, citando Rui Barbosa, diz que os dois partidos, na prática, se resumiriam em um só: o partido do poder (2000, p. 492) Faoro também sustenta que, no segundo reinado, a partir de 1836, a história política brasileira se resumiria a dois grandes partidos: o liberal e o conservador. (2004, p. 341). A conciliação foi algo como uma orientação, um acordo intrapartidário ou mesmo uma coligação. A “liga”, que gera o partido progressista, é uma organização primária dessa liderança, que termina com a deposição de Zacarias de Góis em 1868, tendo seus filiados se “re-arranjado” entre liberais e conservadores. Porém, as discussões entre as diferenças ideológicas dentro dos partidos excedem a pretensão deste trabalho. O que modestamente se sustenta é que a filiação partidária se dava, a princípio, não como resultado de um aceite pelo pretense político da base ideológica do partido – se é que houvesse uma. O partido conservador, por exemplo, nunca chegou a escrever um manifesto ou coisa que o valha – mas a suas necessidades pessoais, suas pretensões sociais e para seu favorecimento econômico. Para efeito geral, acompanharemos a análise de José Murilo de Carvalho:

A complexidade dos partidos se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros, dando às vezes ao observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles. Um exame, em bora sumário, de alguns problemas cruciais enfrentados pelos políticos do Império pode, no entanto, mostrar tanto as divergências interpartidárias como intrapartidárias (CARVALHO, 2007, p. 219).

Em Janeiro, ao se realizarem as eleições secundárias, José Martiniano de Alencar Filho é eleito pelo 1º distrito (tendo, segundo um comentário seu, obtido também 30 votos dos cerca de 220 eleitores liberais), junto a outros seis candidatos de seu partido. Em 23 de maio inicia seus trabalhos na corte. O cargo de deputado é um importante começo para a vida pública:

Apesar de eleitos por um período de quatro anos, frequentemente conseguiam ser reeleitos para várias legislaturas ou detinham importantes cargos administrativos. Muitos encontraram na Câmara um caminho fácil para o Senado e o Conselho de

Estado. Assim como os conselheiros de Estado e os senadores, os deputados pertenciam a uma rede política de clientela e patronagem, que utilizavam tanto em seu próprio benefício quanto no de seus amigos e protegidos. (COSTA, 1999, p. 141).

Sem brilho, com momentos de indecisão e certa disfemia, também alguma timidez, Alencar inicia os trabalhos. Aos poucos a palavra lhe vai acontecendo. Os argumentos, a réplica sempre pronta, o exercício parlamentar vai construindo o personagem político Alencar que chega depois a ser um dos mais respeitados oradores da câmara. A 13 de maio de 1863 é dissolvida a Câmara. Alencar, sentindo a doença, passa a morar na Tijuca e diminui o ritmo da produção literária. Em 65 nasce seu primeiro filho. É o ano em que publica as primeiras cartas de Erasmo, dirigidas ao Imperador.

Um biografema pode ser eleito em novembro de 1965, quando começam a aparecer nas livrarias do Rio de Janeiro uma série de dez cartas, endereçadas ao D. Pedro II, assinadas com o pseudônimo de Erasmo³. Logo se soube que o autor era o deputado Alencar, eleito para mais um mandato. A procura pelos folhetins era imensa. Havia quem procurasse um vendedor pelas ruas para adquirir seu exemplar⁴. O próprio imperador não deixava de estar atento a cada nova carta. Era mais um sucesso. As cartas continham um conjunto de denúncias sobre a política e os políticos. Falam do poder moderador, da situação financeira do país, não há assunto que escape ao jornalista. Alencar se coloca sempre, e antes, como um pensador da política. Alguém que observa e indica, e sua condição de jornalista é decisiva passa isso. A projeção conseguida frente a opinião pública com a publicação das cartas, abre espaço para uma nova fotografia .

Tomamos outro biografema em 1968, quando está a frente do governo o gabinete liberal presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos que, por conta de alguns desentendimentos com o marquês de Caxias - já tido como um herói por sua atuação em terras do Paraguai – e os rumos da guerra são a preocupação maior no país, os dois líderes (cada um em seu campo) não conseguem se entender. D. Pedro II é impelido pela imprensa a tomar algum partido na rinha, e cai o gabinete. Sobem então os conservadores, sob a chefia do visconde de Itaboraí. O nome de Alencar é proposto para o Ministério da Justiça e, sob o espanto de muitos ali, aprovado pelo imperador. Alencar reluta num primeiro momento, mas depois de ter seu ego sido acariciado por algumas visitas de partidários como o barão de Muritiba e o Conselheiro Paulino de Souza falando em nome do Futuro presidente do Conselho o visconde de Itaboraí, resolve por bem aceitar o cargo. O ministério, apelidado “gabinete-bomba”, toma posse em 16 de julho. É composto por, além da figura do Presidente do Conselho e Ministro da Fazenda o Visconde de Itaboraí, Joaquim Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Souza como Ministro do Império; José de Alencar, Ministro da Justiça; José Maria Paranhos, o visconde do Rio Branco, Ministro dos Estrangeiros; João Maurício Mariani Wanderley, o barão de Cotegipe, Ministro da Marinha; Manoel Vieira Tosta, o visconde de Muritiba, Ministro da Guerra e Joaquim Antão Fernandes Leão, Ministro da

³ Uma alusão ao filósofo Erasmo de Roterdã, autor do “Elogio a loucura”.

⁴ Um depoimento de Barros Pimentel, deputado por Sergipe à câmara Geral, ilustra a capacidade de sedução que tal mídia, o folhetim, tinha alcançado no século XIX .

Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Alencar é, além de tudo o mais, o ministro mais jovem do gabinete. Mas aos olhos do Imperador não era um inexperiente. Porém, as relações do imperador com seu ministro da justiça são, se não conflituosas, por certo complicadas. Alencar reclama que D. Pedro II em tudo se intromete – mais tarde dirá que é um hábito dele e dos outros ministros – nos assuntos do Estado. As vezes, como um menino curioso, que tudo quer saber, outras vezes, como um pai zeloso, que se preocupa com seus filhos sendo maltratados pelo ministro, chegando em alguns casos extremos a lembrar que ele é o imperador, e é quem manda na casa. Um dos hábitos de D. Pedro é o envio de bilhetes para o ministro. São comentários, questões relevantes (ou não), indiscrições e apontamentos que constantemente acompanham os despachos de Alencar. Se diz preocupado com a imprensa e os assuntos gerais, outras vezes solicita informações sobre processos de funcionários públicos e sobre o andamento das eleições. Alencar também não faz por menos. Redige sua série de bilhetes, em tom cordial e respeitoso, mas sempre como um embate de forças, tentando demarcar seu campo de atuação, ou impor limites ao outro. Não é esta uma prática do restante do grupo, que na acomodação burocrática a que o partido conservador se acostuma acaba deixando reverter uma fórmula antiga para o imperador, que recostado na condição que lhe permitia o poder moderador, apesar de dizer que “deixa a máquina andar”, ainda reina, governa e administra (FAORO, 2004).

As preocupações do imperador se fundamentavam nestas ações correntes, como bem sugeria em um bilhete endereçado ao ministro Alencar onde dizia: “[...] eu sei infelizmente o que são as eleições, entre nós.”, buscando sempre providências para que houvesse alguma melhora, dentro do possível, propondo “ (...) inteira liberdade de voto conforme nossos maus hábitos o permitem por hora; mas dando a autoridade o bom exemplo.” (MENEZES, 1965, p. 133). Mas o imperador não desconhecia que as eleições pouco refletem a vontade do povo oprimido do interior que ainda é refém do poder político local nas mãos dos senhores de terras – em sua maioria apoiados pelo partido liberal. A prática do voto já previamente indicado, com a cédula “chapa de caixão”,⁵ ainda garantia o pão para o sustento das famílias. (FAORO, 2004, p. 343). Várias mudanças são implementadas no decorrer dos anos com pouco resultado; mesmo uma drástica mudança nas regras eleitorais – como o foi o caso do gabinete da conciliação (1853-57) com o marquês de Paraná, em que foram vetadas as participações de vários elementos representantes da polícia, justiça e da administração pública – sempre entrevia um espaço para burlar-se a lei, o que já iria se constituindo como parte da “cultura” política nacional. Neste biografema, podemos admitir que no modelo parlamentar que se desenvolve no Brasil, o gabinete ministerial é o elo entre a câmara e o imperador, a referenda do poder moderador. E é o gabinete que deve explicar-se com a câmara sobre os atos da administração pública, evitando (teoricamente) algum resquício de absolutismo. Sem o gabinete o poder moderador instituiria um despotismo legal, nas palavras do senador Vergueiro (MENEZES, 1965). É uma vitória dos liberais que tentam garantir que D. Pedro II reine e não governe, mas não é assim que sempre funciona. O ministério também é a “mão invisível” do poder moderador manipulando (sugerindo...) as ações do governo. Segundo

⁵ A cédula era marcada com uma cruz, indicando qual seria o voto a ser dado. Caso as cédulas com tal marca não aparecessem na urna, o candidato ou o chefe político local iria procura o eleitor e “tomar providências”. Não só Raimundo Faoro, mas alguns outros como Gilberto Freire e Sérgio Buarque já aludiam a tal práticas.

Faoro, a essência do mecanismo é: povo dominado pelos políticos e políticos tutelados pelo imperador dentro do quadro burocrático instituído (2004, p. 347).

A garantia de constitucionalidade dos atos do poder moderador estava na referenda feita pelos ministros, que prestavam contas à câmara. O ministério deve contar, então, com a confiança do parlamento. É um dado interessante que a maioria dos ministros saísse do senado e não da câmara dos deputados, o que garantia que as propostas administrativas dos gabinetes estivessem mais afinadas com o modelo de governo esperado pelo imperador. O senador, escolhido em uma lista tríplice apresentada ao imperador, é referendado por ele. Não havia, nesse modelo, formas de burlar o domínio da oligarquia, “[...] calçada na vitaliciedade, no Senado e no Conselho de Estado” (FAORO, 2004, p. 354).

Com a morte em 1865 do marquês de Abrantes e do conselheiro Cândido Batista de Oliveira, ambos senadores pela província do Ceará, a vacância das cadeiras já estimulam a cabeça de Alencar a trabalhar com tal perspectiva. Chega a fundar com seu irmão uma folha, a “Dezesseis de Julho” para divulgar as ideias do partido. Em junho de 1869 Alencar escreve a Itaboraí comentando seu interesse em concorrer a uma cadeira no senado. Explica que já havia submetido a questão aos colegas do gabinete e tinha o apoio destes. O caso se dá quando apresenta a questão ao imperador, chegando a solicitar a demissão do cargo de ministro para que se candidatasse sem nenhum impedimento. D. Pedro II sugere (pede) que Alencar reavalie a decisão, pois acreditava que sua situação pudesse influir nos rumos da eleição. Chega a sugerir que a atitude não seria ética para alguém que estivesse naquele período exercendo o cargo de Ministro da Justiça. Alencar se rebela e escreve, logo a seguir, a Paulino Nogueira, no Ceará, apresentando-se como candidato pela província e é aceito. A eleição se realiza em 12 de dezembro e os liberais, seguindo orientações do partido na corte,⁶ não apresenta candidatos. Alencar é o mais votado em uma lista sêxtupla, tendo no segundo lugar o nome de Domingos José Jaguaribe. O resultado vai então para D. Pedro II que escolheria entre os mais votados um deles. Ao saber do resultado se irrita e permanece irredutível em sua opinião. Manda chamar o Alencar para uma entrevista e pergunta sobre o entendimento que tiveram sobre a eleição. O clima entre os dois só piorava. Há várias versões sobre o acontecido, todas parecidas, mas o fato é que Alencar consegue o que quer: sua exoneração. No fim de abril começa o cochicho em São Cristóvão sobre a escolha para as duas vagas de senador pelo Ceará. Como biografema, revela-se o momento em que a doutrina que Alencar prega nos jornais é seguida pelo imperador: de que somente a ele, o imperador, sem audiência de nenhum ministro, cabia a escolha dos nomes para o Senado. E no dia 27, por carta imperial, são escolhidos os nomes de Domingos José Jaguaribe e do conselheiro José Martiniano de Melo. Alencar nunca se recuperaria do golpe. Agora, seu caminho na Câmara é o da oposição ao governo.

Alencar é deputado combativo, mas não logra muitas vitórias. Na imprensa, chega a ser acusado de incoerência no confronto de conteúdo das cartas de Erasmo e de sua atual situação de rompimento com o imperador. Da vida política até a literatura tudo é motivo para denegrir a imagem do ex-ministro. É assim com Zacarias, depois com Cotegipe, depois com Rio Branco, depois com Silveira Martins. As ideias de Alencar, sempre sustentadas por seu

⁶ A influência local na escolha de candidatos para as eleições começa realmente a crescer só a partir de 1881, com a lei Saraiva.

conhecimento do Direito – longe de querer agradar o Imperador, mas apenas a “letra” da constituição - afligiam os vários grupos. Não, é certo, o grande coro dos homens da assembleia, pois o partido que detinha a maioria dos deputados conseguia aprovar o que propunha na maior das vezes, com seus representantes simplesmente seguindo a orientação das lideranças. Podemos, nesse novo biografema, observar a luta de Alencar pela implementação de um modelo representativo liberal conservador, baseado no entendimento com a monarquia mas sustentado na lei, na constituição, o que nem sempre era senso comum entre as lideranças. Muitos deputados chegavam a ser eleitos com o apoio de senadores e, estes, indicados pelo Imperador, acabavam por criar uma dependência em forma de escada, em que o primeiro degrau sempre pressupunha uma chegada ao último, e dependia deste com sustentação. Nas palavras de Bernardo de Vasconcellos, o sistema representativo que então os partidos – conservadores e liberais – desejavam construir com sua gama de funcionários, bacharéis e juizes “não significava a vontade popular, mas o governo dos melhores, dos mais esclarecidos, dos mais virtuosos. Entre o país real e o país legal, só o segundo estaria apto a destilar a elite, o poder capaz de modernizar, civilizar e elevar o povo” (FAORO, 2004, p. 371), o que garantiria uma modernização dos quadros, mas não o fim das oligarquias. O que acontece é a solidificação de um processo de deslocamento do poder dos chefes locais do interior para a burocracia estatal sediada na capital; para a Corte. Era a concepção de um país dividido em povo e plebe, que distinguia os chamados “homens bons”, cidadãos ativos detentores de plenos direitos políticos, proprietários, profissionais liberais, produtores, enfim, alguém que fosse possuidor de certa renda, da massa pobre, ignorante e dependente (BASILE, 2006, p. 61-62). As ideias migram, se modificam um pouco e se acomodam em lados diversos.

Como forma de terapia, Alencar embarca com a família em 1873 para uma viagem até o Ceará, onde encontra amigos e um clima revigorante. Fica por alguns meses, longe dos trabalhos na Corte mas sempre encontrando e conversando com lideranças políticas locais sem que “a cor partidária” criasse algum empecilho. Era, para todos, o conselheiro Alencar, filho da terra. Conhece ali o jovem Capistrano de Abreu, com quem começa uma grande amizade, aonde Alencar já profetiza seu sucesso nas letras no Rio de Janeiro.

O próximo biografema mostra Alencar nos seus últimos na Câmara, tendo na pauta a reforma eleitoral. Apesar do cansaço, da constante fraqueza muscular, é ainda um orador fervoroso. Combate veementemente a eleição direta e sustenta que as reformas políticas e sociais cabem a uma iniciativa do ministério. Alencar nunca deixa de guiar-se pelas metas do partido conservador, e sabe do crescimento dos liberais no interior, onde a massa votante está nas mãos dos proprietários de terra, em sua maioria adeptos do liberalismo e da descentralização do poder (LIRA, 2006). Alencar é um político moderado; alguém que confia em uma monarquia constitucional que possa garantir a ordem dentro da heterogeneidade de um país de grandes dimensões como é o Brasil, desacreditando assim de qualquer forma republicana que tendesse a uma descentralização de poder e fortalecesse os chefes locais dispersos pelo território do país (apesar de descender de uma dessas famílias, e não perder o contato com as lideranças locais). No outro lado estava Joaquim Nabuco, na linha de frente das propostas para um novo modelo de liberalismo no Brasil, e escritores como Franklin Távora e Feliciano de Castilho, que protagonizaram ataques ao Alencar: era a pedra da vez. O

tema central da contenda era a certeza de Nabuco de que a literatura de Alencar estava superada. Começa com o fracasso de público da peça “o jesuíta”, apresentada ainda naquele ano. Alencar rebate e segue a peleja. Podemos apresentar uma caracterização do período na análise de Antônio Cândido:

[...] o movimento das novas idéias filosóficas e literárias que começou mais ou menos em 1870 e se estendeu até o começo do século XX, tendo como núcleo inicial a cidade do Recife, capital de Pernambuco, e sua Faculdade de Direito. Lá e em outros centros, como o Ceará e, sobretudo, o Rio de Janeiro, desenvolveu-se um agudo espírito crítico, voltado para analisar de maneira moderna a sociedade, a política, a cultura do Brasil, com inspiração, primeiro no Positivismo, de Augusto Comte; em seguida, nas diversas modalidades de Evolucionismo, das quais teve aqui maior voga a filosofia de Herbert Spencer. Acrescente-se a divulgação das novas ciências como Biologia, Linguística, Etnografia, Antropologia, Física (CÂNDIDO, 1999, p. 51).

Um debate aberto interessa a todos: Alencar, um pouco desgastado pelos recentes arranhões da política, e Nabuco buscando ainda algum reconhecimento do público, precisam do jornal como uma forma de publicidade pessoal. Precisam de um veículo que alimente seu ego e os fortaleça frente à opinião pública. É no jornal que as ideias alcançam um público variado e seletivo, visto que a alfabetização do povo não era fato. Nesta guerra ideológica particular, Nabuco representa a proposta de um novo liberalismo que vai tomando corpo a partir do final da década de 1860 que se contrapõe ao nacionalismo conservador concebido na obra de Alencar.

Alencar retorna à Câmara em 1877, mas piora dia a dia. Não se propõe mais ao debate público e deixa por menos as provocações dirigidas a ele. Sua preocupação é com a família. Com o desamparo que pode vir a acontecer com sua morte. A doença finalmente o alcança. Aos 12 dias de dezembro de 1877 falece José de Alencar. Às 10 horas da manhã do seguinte dia seu corpo é levado, em cortejo até o cemitério de São Francisco Xavier, onde viria a ser sepultado por um pequeno grupo de jornalistas e amigos próximos. Ficava, então, o luto. O necrológio é escrito por Capistrano de Abreu, e estampado na “Gazeta de Notícias” sem a assinatura do autor. É o primeiro trabalho de Capistrano na imprensa carioca, que viria a fazer o sucesso que Alencar profetizara, e ainda mais. Um último biografema nos dá a imagem do imperador, ao receber a notícia do falecimento de Alencar, como a de uma relação que é aceita mas talvez não desejada. No momento em que embarca para Petrópolis, um mensageiro lhe entrega a notícia, a qual responde com um resmungo: - Sujeito inteligente, porém muito mal educado! (NETO, 2006). No retrato, D. Pedro II mostra nitidamente a intolerância deste com a postura de Alencar que, apesar de monarquista, via na constituição (na lei) a verdadeira base do poder e, apesar do respeito que lhe tinha, não na figura de um monarca europeu nascido no Brasil.

Por fim, a título de organização das ideias, tomamos aqui as palavras de Alencar: “Um álbum é um livro de recordações. É a história de nossas aflições, das melhores impressões de nossa vida” (LIRA, 2006, p. 89). E como bem o disse Roland Barthes (1990) a vida, contada desta forma, poderia ser reduzida a alguns pormenores, a alguns gostos, a algumas inflexões, mesmo que estas não construíssem uma linha homogênea entre os recortes temporais. Por

conta disto tentamos, nesse artigo, escolher algumas imagens que pudessem caracterizar a vida do Alencar, dando ênfase a seu trabalho como agente político e tomando a história da literatura, por assim dizer, como um apêndice.

Referências

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Lisboa: Ed. 70, Lisboa 1980.

BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. São Paulo: Brasiliense. 1990.

BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, L.M.B.P.; MOREL, M.; FERREIRA, T.M.B. da C. (org.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. **Iniciação a literatura brasileira**. 3ª Ed. São Paulo: Humanitas. 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 16ª ed. São Paulo: Globo, 2004.

GRAMSCI, Antônio. **Intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

MENEZES, Raimundo de. **José de Alencar**: literato e político. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1965.

_____. **Cartas e documentos de José de Alencar**. 2ª. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1977.

NETO, Lira. **O inimigo de rei**: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil. São Paulo: Globo, 2006.

NEVES, Fábio Luiz Silva. A força do nacionalismo nas leituras críticas da literatura brasileira do século XIX: o caso de José de Alencar e do Visconde de Taunay. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo**, nº 15, jan.-jun, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, **História & literatura**: uma velha-nova história. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 janvier 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Consultado el: 02 novembre 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Recebido em: 31/12/2012

Aprovado em: 04/03/2013